



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2008 a 13/09/2011

Indexação: "PEC 233/2008"

Documento 1/6

125.1.54.O	Sessão Extraordinária CD	- 25/05/2011-09:06
Publ.: DCD - 26/05/2011 26000	- SANDRO MABEL-PR -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte. Necessidade de votação, pela Casa, da proposta de reforma tributária aprovada pela Comissão Especial instituída para exame da matéria. Necessidade de redução da carga tributária vigente no País.

O SR. SANDRO MABEL (Bloco/PR-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é dia 25 de maio, data em que, graças a projeto de lei de nossa autoria sancionado pelo Presidente Lula, se comemora, Deputado Mauro Benevides, o Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte.

Entretanto, este não é um dia festivo; é um dia de reflexão, é um dia de olharmos para o contribuinte, que tem sido cada vez mais penalizado por uma carga tributária que precisa ser revista.

A carga tributária no Brasil é, sobretudo, regressiva. O que quer dizer isso? Que as pessoas que ganham menos, Deputado Domingos Dutra, pagam mais impostos, e as pessoas que ganham mais pagam menos. O Brasil precisa mudar isso, Deputado Mauro Benevides. Nós precisamos mudar para que haja maior justiça tributária. A capacidade de pagamento das pessoas, a capacidade contributiva está invertida neste País.

O Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte serve para, entre outras coisas, defendermos o Código de Defesa do Contribuinte. Podemos defender aqueles contribuintes que hoje são atacados e não são bem atendidos pelos órgãos públicos.

Por isso, nós saudamos os contribuintes por esta data e vamos fazer uma reflexão grande para que possamos, então, oferecer ao Brasil um sistema tributário melhor, por meio de uma reforma tributária. Essa

reforma tributária fatiada que estão falando em fazer é errada. O Brasil precisa de uma reforma tributária consistente, que já foi votada na Comissão Especial desde 2008 e precisa ser votada neste plenário.

Presidente Dilma, V.Exa. quer acabar com a miséria no País. Só vamos acabar com a miséria se diminuirmos essa carga tributária perversa de 53% para quem ganha até 3 salários mínimos.

Portanto, Sr. Presidente, deixo registrada a comemoração do Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Tadeu Mudalen) - Obrigado, Deputado Sandro Mabel.

Documento 2/6

126.1.54.0 Sessão Extraordinária - 25/05/2011-15:30
Publ.: DCD - 26/05/2011 - SANDRO MABEL-PR -GO
26109
CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte. Necessidade de redução da carga tributária vigente no País. Defesa de realização da reforma tributária. Apelo à Comissão de Finanças e Tributação de aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 38, de 2007, sobre a criação do Código de Defesa do Contribuinte. Anúncio de recriação da Frente Parlamentar Mista dos Direitos do Contribuinte. Importância de aprovação do parecer oferecido pelo orador à Proposta de Emenda à Constituição nº 233, de 2008, a respeito do tema. Congratulações ao Movimento Brasil Eficiente destinado à conscientização da sociedade brasileira sobre a importância de redação da carga tributária vigente no Brasil.

O SR. SANDRO MABEL (Bloco/PR-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos



assistem pelos meios de comunicação da Casa, boa tarde! Hoje, quero trazer a esta tribuna um tema que muito importa à sociedade: a redução dos impostos que nós, brasileiros, pagamos para manter o Estado funcionando.

Especialistas no ramo da Economia entendem que os impostos são um mal necessário, que, na verdade, sempre esteve presente na história da humanidade. De fato, essa não é nenhuma inverdade, pois encontramos relatos da prática ou cobrança de impostos já nos tempos bíblicos.

Sr. Presidente é com bastante alegria que hoje, dia 25 de maio, comemoramos pela primeira vez o Dia Nacional do Respeito ao Contribuinte. A Lei nº 12.325, de 2010, é oriunda de projeto de lei que apresentei em 2007, com o apoio do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), e foi sancionada em setembro do ano passado.

A proposta surgiu com o objetivo de mobilizar a sociedade e os poderes públicos para a conscientização e a reflexão sobre a importância do respeito ao contribuinte. O Estado Democrático de Direito pressupõe o respeito aos direitos e garantias inerentes à cidadania. Entre as várias facetas da cidadania, sobressai a condição de contribuinte, que, em última análise, viabiliza a sustentação material do Estado e, por conseguinte, da própria ordem social.

Todavia, ainda é comum que o contribuinte seja vítima de excessos e abusos de poder, devido à falta de consciência de alguns agentes públicos, de um lado, e dos próprios contribuintes, por outro. Somente por meio da conscientização da sociedade, inclusive dos agentes tributários, será possível assegurar, na prática, o respeito aos direitos que a ordem jurídica confere aos contribuintes.

A escolha dessa data é emblemática do entendimento de que cada cidadão brasileiro trabalha cerca de 145 dias do ano - de 1º de janeiro a 25 de maio - apenas para pagar impostos, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

Segundo dados do impostômetro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), em 2011 a arrecadação de tributos registrou a marca de R\$554 bilhões pagos entre 1º de janeiro e o dia 20 de abril.

O impostômetro foi inaugurado em 20 de abril de 2005 e está instalado no prédio da sede da ACSP. Além disso, qualquer cidadão pode acompanhar pela Internet o total de impostos pagos pelos brasileiros aos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Dessa forma, justa é a homenagem ao cidadão, que suporta o ônus da



existência estatal, contribuindo com parte de seus recursos.

Nossa luta em defesa da justiça fiscal e social não para aqui. Ela só terminará quando conseguirmos aprovar nesta Casa a reforma tributária.

Em 2007, apresentei o Projeto de Lei Complementar nº 38, que cria o Código de Defesa do Contribuinte, a ser apreciado pelos nobres Pares.

A preocupação com um Código de Proteção e Defesa dos Direitos dos Contribuintes não é nova. Há diversos precedentes, como as iniciativas do nobre Senador Jorge Bornhausen e dos Deputados Davi Alcolumbre e Gerson Gabrielli.

Esse projeto de lei complementar foi elaborado com o apoio de diversos setores da sociedade. Com o auxílio técnico e jurídico do Instituto de Estudos dos Direitos do Contribuinte, procuramos elaborar um texto de lei que reflita os anseios por mais igualdade na relação entre o Fisco e o cidadão.

A proposição têm o intuito de não deixar que tão importante matéria caia no esquecimento por circunstâncias alheias ao bom debate parlamentar que, com certeza, virá. Apesar disso, Sr. Presidente, demais ouvintes, não se trata de mera repetição daquilo que já era de conhecimento dos nobres membros das Casas Legislativas, na medida em que contempla diversos dispositivos inovadores.

A proposta encontra-se parada na Comissão de Finanças e Tributação desta Casa. Tratando-se de assunto tão relevante e tão necessário à sociedade, peço aos membros dessa importante Comissão que analisem a proposição e a aprovem. Quem ganha são os cidadãos.

Lançada em 25 de abril de 2007, em Brasília, a Frente Parlamentar Mista dos Direitos do Contribuinte pretende dar visibilidade ao debate sobre os direitos do contribuinte no Brasil. Da mesma forma, busca promover uma reforma fiscal que possibilite adequada participação da arrecadação tributária e previdenciária em favor dos Estados e dos Municípios, hoje, totalmente subordinados à arrecadação centralizadora desproporcional em favor da União. Atualmente, a Frente passa por restruturação, mas será relançada na primeira quinzena de junho.

Fazendo um retrocesso na história, podemos perceber que a cobrança de tributos esteve presente em diversos países e reinos. Segundo Cristiano Catarin, autor de *Uma Breve História dos Impostos*, o ano de 926 a.C., na Palestina, marcou o fim do império de Davi e Salomão e também o fim da possibilidade de Israel tornar-se uma grande potência. Naquela época, quem resistia à cobrança de impostos sofria covardes



castigos corporais. Esse comportamento trouxe a desintegração do País, que, mais tarde, decaiu em sucessivas guerras, conhecendo seu fim efetivo no ano de 721 a.C., quando foi derrotado pelos assírios.

No Egito, os impostos incidentes sobre o comércio de pófiro (uma espécie de pedra preciosa de grande beleza) eram fundamentais para assegurar todo o luxo e conforto do palácio real.

Na Roma antiga, os tributos garantiam toda a riqueza e opulência presentes na vida dos Césares. No mundo medieval, o feudalismo proporcionou prosperidade econômica contando com inovações agrícolas, é verdade, mas também continuou a impor pesados impostos.

Mais próximos de nós, Sr. Presidente, os Reis portugueses, com uma política ineficiente e estrutura tributária precária e incapaz de gerar receitas, investiram seus esforços em monopólios grandiosos, como os do açúcar e do pau-brasil.

No Brasil, a cobrança dos tributos se concentra na base do consumo, estabelecendo um sistema injusto, em que os que têm menos contribuem mais proporcionalmente do que aqueles que possuem mais. Isso porque, na esfera federal, os principais tributos sobre o consumo (PIS e COFINS) não são compartilhados com Estados e Municípios, enquanto o principal tributo sobre a renda (o Imposto de Renda) é compartilhado. Esse modelo induziu a União a concentrar arrecadação em tributos não compartilhados, o que aumentou fortemente a regressividade do sistema.

Nosso sistema encontra-se travado em razão da complexidade da estrutura tributária, com muitos tributos incidentes sobre a mesma base. E esse sistema está defasado em mais de 40 anos, ou seja, não atende mais à realidade econômica dos brasileiros. E, pior: os mais pobres sofrem com uma carga tributária maior do que a imposta aos mais ricos. É muita injustiça o que vemos!

São por esses e outros motivos que lutamos por uma reforma tributária completa e, principalmente, justa. É inadmissível aceitar que se envie a esta Casa de leis fatias de uma provável e longínqua reforma. Afirmo, com veemência, que essa tática não corrigirá tais injustiças.

Quando Relator da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 233, de 2007, elaborei parecer que permite ajustar essa estrutura à realidade do nosso País e que foi aprovado em dezembro de 2008.

Foram meses debatendo com os Governadores de Estado e entidades. No diálogo com renomados especialistas, foi possível elaborar um



parecer conciso. Pequenos arremates não resolvem a injustiça na cobrança de impostos.

Presidenta Dilma Rousseff, V.Exa. não vai acabar com a miséria no Brasil enquanto tivermos um sistema tributário injusto como este. Então, não faça apenas um puxadinho de reforma tributária e, sim, use a sua força política para que seja aprovada a PEC 233, que será o marco de uma grande e justa reforma tributária para o Brasil e, principalmente, para os que ainda vivem na miséria e com a maior carga tributária do mundo.

Na defesa dos direitos de todos nós, contribuintes, tenho de falar, também, do absurdo que acontece com a carga tributária para os produtos destinados às pessoas mais pobres, quando são tributados por substituição tributária.

A substituição tributária do ICMS surgiu a partir da necessidade da maior segurança em relação à arrecadação de impostos para o Governo, pois essa forma de recolhimento dos impostos garante maior agilidade na fiscalização, uma vez que é mais fácil fiscalizar as fontes produtoras, considerando que são em menores quantidades, do que fazer a fiscalização individual das empresas revendedoras dos produtos, junto ao comércio em geral.

Pois bem, senhoras e senhores. Para recolhimento do imposto cobrado por substituição tributária ocorre o recolhimento antecipado; com isso, há necessidade de se estipular uma margem de valor agregado, que é o preço referência sobre o qual o ICMS é cobrado. Esse valor é o preço médio de mercado, estipulado em pauta pelo Governo.

O problema é que esse preço médio estipulado nem sempre demonstra a real margem aplicada no mercado. Para a maioria das empresas, essa sistemática acarretou num aumento repentino dos custos, pois a nova forma de tributação faz com que aumentem os preços finais aos consumidores.

O recolhimento do imposto acontece na fase inicial, as empresas não podem recuperá-lo, com isso, ele será incluído no valor do estoque, aumentando o custo da mercadoria a ser vendida.

Já existiam vários produtos regulamentados pelo regime da substituição tributária, mas, nos últimos anos, ocorreram várias alterações na lei, incluindo muitos produtos nessa nova sistemática.

É aqui que destaco os produtos da cesta básica de alimentos, que passaram a ser tributados pela substituição tributária, no ano de 2009, atingindo toda a população, especialmente a mais pobre.



Na contramão da defesa do contribuinte, infelizmente, o STF já analisou a questão e decidiu, ao julgar uma ADIN em 2002, que a única possibilidade de devolução de ICMS por substituição tributária se dá quando o fato gerador não se realizar. No caso de realização parcial (à menor) ou mesmo se ocorrer em valor superior à pauta, não há compensação de excessos ou faltas. Isso é um absurdo que não pode continuar! E quem paga somos todos nós, contribuintes!

O STF agora, com o advento da nota fiscal eletrônica, precisa rever essa posição, pois existem abusos, e novamente os mais pobres são penalizados, pois os produtos que compram por valores populares, são tributados conforme os produtos da elite; em muitos casos, é o dobro da tributação. Isso pode ser considerado enriquecimento ilícito do Estado, o que é vedado pela Constituição.

A Escola de Administração Fazendária (ESAF), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, coordena o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), cujos objetivos são mobilizar e formar a consciência fiscal e social.

A educação fiscal é um processo que visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania. O objetivo do PNEF é propiciar a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado.

O programa se desenvolve com a realização de parcerias nos âmbitos federal e estadual. No plano nacional, os parceiros são Ministério da Educação, Controladoria-Geral da União, Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria da Receita Federal do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional. Nos Estados, participam do programa as Secretarias de Educação e de Fazenda.

Parabéns pelo brilhante trabalho!

A propósito, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade também para parabenizar o Movimento Brasil Eficiente, que busca sensibilizar a população sobre a importância de diminuir o peso da carga tributária sobre o setor produtivo, simplificar e racionalizar a complicada estrutura tributária, melhorando a gestão dos recursos públicos.

Sem qualquer vinculação político-partidária, o movimento traça para os brasileiros um roteiro de ação capaz de conduzir o crescimento econômico e a geração de empregos à média decenal de 6% ao ano, praticamente dobrando a renda *per capita* da população em 2020. Isso será possível, desde que a carga tributária caia para patamares de 30% do PIB ao fim da década.

A perspectiva do Coordenador do movimento, Carlos Rodolfo



Schneider, é a de que a mobilização seja de toda a sociedade. Segundo ele, o desafio agora é ampliar a base de apoio, criando multiplicadores. O Brasil Eficiente quer uma mudança de hábitos do poder público, cortando gastos e sabendo melhor utilizar o dinheiro público.

Precisamos fazer desta data um marco de batalha para a aprovação de melhorias em nosso sistema de arrecadação. Esta Casa dispõe de proposta justa, concisa e completa. Portanto, não é necessário o envio de recortes, porque isso não resolve o problema. O trabalho da Comissão Especial precisa ser valorizado!

Para concluir, solicito que este meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa de leis e no programa *A Voz do Brasil*.

Agradeço a V.Exa. a oportunidade, Sr. Presidente.

Documento 3/6

160.1.54.O	Sessão Extraordinária CD	- 21/06/2011-17:20
Publ.: DCD - 22/06/2011 32020	- SANDRO MABEL-PR -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, sobre a regulamentação do contrato de prestação de serviço terceirizado e as relações de trabalho dele decorrentes. Vantagens advindas da terceirização. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 233, de 2008, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. SANDRO MABEL (Bloco/PR-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje quero falar sobre a importância da terceirização para a economia brasileira.

O conceito de transferir parte do processo produtivo se consolidou



durante a Segunda Guerra Mundial, quando as indústrias de armamento passaram a buscar parceiros externos para aumentar sua capacidade de produção. Até então, as empresas viam como uma grande virtude a verticalização do sistema de produção, ou seja, a incorporação de outras etapas de um mesmo processo de fabricação.

No Brasil, a terceirização, entendida como a tendência de transferir para terceiros as atividades, começou a ganhar espaço nas empresas há mais de 30 anos. Os fabricantes brasileiros não tinham escala para fabricação e os custos de produção eram altos. Para adquirir os grandes equipamentos para processamento de dados, as empresas instaladas no País precisavam da aprovação do Governo para importar.

O resultado era a dificuldade de acesso à tecnologia avançada e à automação interna de atividades administrativas, que estavam longe do alcance de muitas empresas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sou autor do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que objetiva regulamentar o contrato de prestação de serviço terceirizado e as relações de trabalho dele decorrentes nos casos em que o prestador seja sociedade empresária que contrate empregados ou subcontrate outra empresa.

Tenho acompanhado pela imprensa a polêmica em torno do Projeto. Confesso que o nosso único intuito é o de aprovar um marco para os milhões de trabalhadores brasileiros. Na condição de Presidente da Comissão Especial da Terceirização, estou aberto ao diálogo e atento às mudanças que possam beneficiar os trabalhadores e as empresas brasileiras. O que não devemos é ser omissos quanto à realidade do País. Precisamos aprovar um marco regulatório para esses trabalhadores!

Grandes são as vantagens da terceirização. Quero lembrar aqui alguns exemplos: direcionamento dos negócios da empresa na sua área de atuação; diminuição dos desperdícios; aumento da qualidade dos produtos ofertados; aumento da especialização do serviço; aprimoramento do sistema de custeio; maior esforço de treinamento e desenvolvimento profissional.

Também são exemplos: maior agilidade nas decisões, menor custo, maior lucratividade, crescimento das pequenas empresas, favorecimento da economia de mercado, otimização dos serviços, aumento da produtividade e competitividade, redução do quadro direto de empregados.

Com a participação de empresas terceirizadas em 2010, a indústria automobilística produziu 36% mais em relação ao ano anterior e



registrou crescimento de 47% nas vendas ao mercado interno. Entre janeiro e fevereiro foram vendidas 9.900 máquinas no País, contra 6.700 em 2009. A produção saltou de 9.000 unidades no primeiro bimestre do ano anterior para 12.300.

Sr. Presidente, enquanto estiver representando o povo goiano nesta Casa, lutarei também pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 233, da qual sou Relator na Comissão Especial. O Sistema Tributário Nacional, defasado nos seus mais de 40 anos de existência, necessita urgentemente de reformulação. A aprovação da PEC 233 vai beneficiar diversos cidadãos brasileiros que hoje sofrem com uma pesada carga tributária.

Fico por aqui. Solicito que este meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, inclusive o programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer.

Documento 4/6

175.1.54.O

Sessão Ordinária - CD 05/07/2011-15:30

Publ.: DCD - 06/07/2011 - 34975 SANDRO MABEL-PR -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Idoneidade do Ministro dos Transportes Alfredo Nascimento. Transcurso do 201º aniversário de criação do Bairro de Campinas, no Município de Goiânia, Estado de Goiás. Solicitação à Presidência de inclusão na pauta do Requerimento nº 1.410, de 2011, sobre a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 496, de 2011, acerca da obrigatoriedade da instalação de portais de raios X em estabelecimentos escolares. Apresentação do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. Importância de regulamentação da terceirização. Urgente realização da reforma tributária. Esclarecimento acerca do parecer oferecido pelo orador à Proposta de Emenda à Constituição nº 233, de 2008, acerca do tema.

O SR. SANDRO MABEL (Bloco/PR-GO. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Só de V.Exa. me escutar durante esses 25 minutos, ou pelo menos neste 1 minuto em que V.Exa. ainda permanece no cargo de Presidente, é uma honra para mim também.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de registrar o meu apoio ao Ministro dos Transportes Alfredo Nascimento,



homem ilibado, correto. E não tenho nenhuma dúvida, ao defendê-lo desta tribuna. Acredito nelenele em todos os instantes. Acredito na sua honestidade, no seu trabalho, no seu cuidado com a coisa pública, Deputado Roberto. Por isso, em meu nome, em nome do meu Estado, que tão bem tem sido recebido, em nome do Brasil, que nas mãos do Ministro dos Transportes Alfredo Nascimento cresceu muito, quero deixar registrado este apoio a ele e à sua equipe. Em uma reportagem que precisa ser apurada, eles foram acusados de coisas que não têm o menor cabimento.

Siga firme, Ministro! Nós que o conhecemos, o Brasil, que conhece o seu trabalho, temos a certeza absoluta de que V.Exa. sempre honrará o povo do Amazonas, que o trouxe ao Parlamento na condição de Senador.

Gostaria também de cumprimentar os habitantes do Bairro de Campinas, em Goiânia, Deputado Izalci, que V.Exa. conhece. O Bairro de Campinas - que já foi uma cidade; chamava-se então Campininha das Flores - completa hoje 201 anos. A cidade nasceu depois que garimpeiros saíram de Pilar de Goiás e foram garimpar no Rio Anicuns. Eles não obtiveram sucesso, não encontraram ouro, porém encontraram o ouro de morar numa cidade bonita, que hoje é o Bairro Campinas da nossa querida Goiânia. Por isso, ao povo campineiro, como assim é chamado, a todos os comerciantes daquelas lojas, a todos os que moram lá, pessoas importantes como o Prof. José Hidasi, grande ornitólogo que mora nesse bairro há muito tempo com sua família, o meu abraço, o meu carinho.

Quero ainda pedir a V.Exa., Presidente Izalci, que coloque em pauta o Requerimento nº 1.410/2011, de urgência para apreciação do PL nº 496, de 2011, que torna obrigatória a instalação de portais de raios X nas escolas públicas e privadas. A proposta aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e o requerimento está aí, para ser votado.

Deputado Izalci, costumamos esquecer as coisas aqui. Quando aconteceu aquela tragédia em Realengo todos ficamos comovidos, e tudo mais, mas meu projeto é muito anterior a isso. Eu já estava prevendo tal situação. Andando por aí, vemos a quantidade de armas nessas escolas. Por isso precisamos instalar esse portais de raios X. Eles não vão resolver todos os problemas, mas ajudarão a minimizá-los, já que as pessoas não levarão armas para as escolas, e não acontecerão mais tragédias como a que aconteceu.

Infelizmente o tempo passa, e só vamos lembrar outra vez do requerimento do Deputado Sandro Mabel quando matarem mais uns cinco ou seis em outra cidade. Então, Sr. Presidente, que V.Exa. peça ao Presidente Marco Maia que coloque esse requerimento em votação



o mais urgentemente possível.

É interessante como a Câmara às vezes é lenta. As escolas públicas de Belo Horizonte com mais de 500 alunos, no final das férias, terão a obrigação de ter portais de raios X. Por quê? Porque a Câmara Municipal aprovou um projeto de lei nesse sentido, do Cabo Júlio. Isso também ocorreu em Vitória, Espírito Santo - Estado do Presidente Manato -, onde a Câmara aprovou que vários estabelecimentos, não só escolas mas também locais fechados destinados a diversão, espetáculos, cinemas, ginásios, escolas particulares e públicas, tenham detector de metais. E nós aqui, Deputado Izalci, não temos esse projeto aprovado.

Volto a dizer: Deus queira que isso não aconteça, mas, se acontecer, cobrarei desta Casa inteira, porque considero essa uma medida importante, que precisa ser votada. Se alguém combate a instalação dos portais de raios X é por preguiça. Não há nenhum problema em passar pelo portal. Quantos passam aqui na Câmara, quantos entram pelo portal? Todo o mundo que entra na Câmara passa pelo portal. Todo o mundo que vai ao aeroporto passa pelo portal. Todo o mundo que entra nas repartições públicas passa pelo portal. Quem vai ao Palácio passa pelo portal. Em muitos outros lugares há portal de raios X. Considero essa uma medida importante, sim, principalmente para as escolas do nosso Estado, do Brasil, enfim, onde haja estudantes.

Sr. Presidente, quero falar hoje sobre a terceirização. Há considerações pejorativas sobre esse setor da economia, que tem sido constantemente atacado, e por isso mais uma vez quero discorrer sobre esse tema neste plenário.

Acredito que é eficaz ponderarmos inicialmente que a terceirização é uma atividade internacional. O mundo inteiro terceiriza. Vivemos em um novo cenário, no qual a terceirização dos serviços temporários faz parte de uma tendência mundial das empresas modernas, e representa uma verdadeira junção do aumento de produtividade, de competitividade e de eficiência dos serviços prestados, potencializando a redução de custos. É a contratação, Deputado Izalci, do melhor preço, e não do menor preço.

Deputado Maurício, nós não queremos que os preços sejam precarizados na terceirização, e sim que os profissionais sejam especializados. Um azulejista, em uma obra, se é especialista em assentamento de azulejo, trabalha muito melhor do que aquele que não é treinado e é contratado de qualquer jeito. O cliente que vai receber seu apartamento será mais bem servido. O mecânico de manutenção de uma empresa especializada em manutenção vai realizar um trabalho muito melhor do que um outro que pode simplesmente mexer em muitos pontos dentro da mesma empresa. Por



isso a terceirização é importante.

É imprescindível ressaltar que, além do progresso econômico, há também os benefícios sociais trazidos pela terceirização. Inúmeros postos de trabalho foram criados. E além disso, há também uma crescente especialização da mão de obra do País.

Nós somos contra a precarização. Empresas que terceirizam mal têm de sair do mercado. Essas empresas têm de ser especializadas. Tem-se de exigir o cumprimento dos direitos dos trabalhadores, tais como o recolhimento do Fundo de Garantia e do INSS e o pagamento do 13º. A empresa tomadora de serviços deve ter responsabilidade, para não acontecerem coisas que nós já vimos acontecerem e os trabalhadores ficarem na mão. Mas há como cobrar isso.

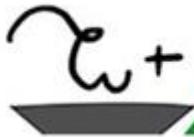
Enquanto isso, atrás desse manto de que é tudo ruim, estamos deixando quase 10 milhões de trabalhadores sem regulamentação. Os terceirizados, hoje, quando levam um cano, não têm para onde correr. Ficam correndo atrás de súmulas, disso e daquilo. As empresas que poderiam contratar mais pessoas especializadas e colocá-las para estudar, Deputado Átila, deixam de fazê-lo. Por quê? Porque elas têm medo de amanhã serem apenadas pela Justiça. Por isso, nós precisamos regulamentar a terceirização.

Estamos trabalhando. A Casa criou a Comissão Especial do Trabalho Terceirizado, da qual sou o Presidente e o Deputado Roberto Santiago é o Relator. Esperamos poder fazer, junto com as centrais e com as confederações patronais, um projeto importante, que tramite rapidamente na Câmara, para que possamos dar ao Brasil o marco regulatório da terceirização, tão importante no mundo inteiro.

Existe hoje um voo de empregos. Se nós tivéssemos a terceirização regulamentada, aquelas centrais de bancos ingleses que estão na Índia e na China poderiam estar no Brasil também. Por que não se instalaram no Brasil? Por que não se geram esses empregos aqui? Porque não temos leis de terceirização.

Nós temos hoje um índice de desemprego tal que as pessoas podem escolher se querem participar de uma empresa que terceiriza ou de uma que as empregue diretamente. A pessoa pode escolher! Temos inúmeras indústrias que fazem como as montadoras; ou seja, contratam por especialidade, como aquele que põe o chassi no caminhão ou no carro; na fábrica de pneus, os funcionários instalam o pneu da melhor forma possível, assim como há os que fazem a pintura usando equipamentos os mais modernos possíveis.

Precisamos de competitividade para fazer um trabalho cada vez melhor, para combatermos a desindustrialização que está acontecendo



no Brasil. Por excesso de regulamentação e por falta de competência, nós estamos deixando os outros países invadirem o Brasil. Um carro como o Azera chega ao Brasil por US\$ 9.800. Chega dentro de um caixote e rapidamente é montado, tornando-se um carro vendido com benefícios e tudo mais. E a nossa indústria nacional apanha com isso. Por quê? Porque onde ele é produzido consegue-se chegar a esse custo graças às terceirizações especializadas. Nas empresas, os robôs e uma série de coisas facilitam a fabricação desses carros. Por isso, nós temos que melhorar a nossa condição no Brasil.

Por que o Brasil exporta a soja e não o óleo de soja? Por que não exporta o farelo de soja, Deputado Maurício Quintella? Porque no Brasil há sempre essa questão de taxar mão de obra, de excesso de impostos; então, as fábricas brasileiras estão montando unidades na China e no Paraguai, fazem o óleo lá, e nós só ficamos aqui com a agricultura, e não temos industrialização.

Pois não, Deputado Maurício Quintella Lessa.

O Sr. Maurício Quintella Lessa - Eu agradeço-lhe a concessão do aparte. V.Exa. tocou agora, afinal, no ponto mais importante: os impostos. V.Exa. é o baluarte, o Relator da reforma tributária. Acho que o Brasil não pode mais esperar. Não é só a questão do Azera, ou da indústria automotiva, não, Deputado Sandro Mabel; o Azera, que chega aqui por US\$ 9 mil, é vendido, não sei, por US\$ 60 mil, US\$ 70 mil, e grande parte disso é carga tributária. Mas não é só a automotiva, não! É a automotiva, a indústria têxtil, a energia. A energia é o maior absurdo. O Brasil paga a energia mais cara do mundo por conta da carga tributária! E digo mais: lá em Alagoas encontra-se a distribuidora ELETROBRAS AL, que foi federalizada e presta o pior serviço do Brasil. Entre as 63 distribuidoras de energia do País, a distribuidora federalizada do meu Estado presta o pior serviço do Brasil, tem uma das energias mais caras do País, e consequentemente uma das mais caras do mundo. Eu quero aproveitar, Deputado, para parabenizá-lo pelo pronunciamento. Nós precisamos forçar a barra no Congresso para que a reforma tributária venha à pauta da Ordem do Dia. É impossível que nós continuemos com essa guerra fiscal entre os Estados, com uma infinidade de impostos federais, estaduais e municipais que oneram a folha de pagamento, a indústria e o Custo Brasil. Parabéns! V.Exa. tem todo o apoio desta Casa, para que se traga urgentemente essa questão da reforma tributária para a pauta da Ordem do Dia. Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. SANDRO MABEL - Muito obrigado, Deputado Maurício. Eu estava falando sobre a terceirização, e vou falar em seguida sobre a reforma tributária. V.Exa. tem razão.

Esse processo de terceirização também não pode esperar mais,



Deputada Cida Borghetti. Nós temos de fazer com que o Brasil ande, ganhe velocidade. E eu tenho um projeto que foi aprovado na Comissão de Trabalho por estes dias, depois de 7 anos na gaveta, graças ao nosso Deputado Silvio Costa, que, como Presidente da Comissão, avocou o projeto, fez um relatório, votou esse relatório e botou a terceirização para andar. Por isso, quero saudar também o Presidente da minha Comissão, o Deputado Silvio Costa.

Para encerrar o meu discurso, eu gostaria de falar, Deputado Vilson Covatti, sobre a reforma tributária, assunto levantado pelo Deputado Maurício Quintella. É um absurdo não votarmos uma reforma tributária. Nós não podemos fazer puxadinhos de reforma. Não podemos fazer simplesmente arrumadinhos. Nós temos de fazer uma reforma. Temos uma pronta, Deputado Átila, V.Exa. que trabalhou defendendo seu Estado do Amazonas e toda a Zona Franca. O Deputado Jovair Arantes também trabalhou firme para que essa reforma pudesse sair. Nós precisamos votar a reforma tributária. É boa para Goiás, para o Paraná, para o Rio Grande, para Santa Catarina. É boa para o Brasil. É boa para o seu Estado, Deputada Cida.

A Sra. Cida Borghetti - Peço um aparte para cumprimentar o Deputado Sandro Mabel, um convededor dessa matéria, grande empresário que gera muitos empregos, inclusive no Sul do País, em Santa Catarina. Conheço lá a indústria das bolachas Mabel. É até meu irmão Jorge que atende aos funcionários, como médico do trabalho. Quero dizer que o Brasil espera por esse momento. A reforma tributária é extremamente importante para que os empresários continuem acreditando no nosso País, nos nossos Estados. O Paraná tem lá o programa criado pelo Parlamentar brilhante que foi o Deputado Ricardo Barros, hoje Secretário licenciado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL. O Deputado criou lá o Programa Paraná Competitivo, que em 6 meses de Governo já é um sucesso, atraindo indústrias de fora, mas ajudando a crescer aquelas que acreditam no Paraná e que lá já estão gerando tributos, emprego e renda, que é o que o nosso povo anseia. Quero mais uma vez parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento.

O SR. SANDRO MABEL - Muito obrigado, Deputada Cida.

Então, quanto a essa reforma tributária, Deputado Jovair Arantes, V.Exa., que é Líder, peça ao nosso Presidente Marco Maia, diga à nossa Presidenta Dilma: vamos votar uma reforma que já foi aprovada na Comissão Especial, que já foi estudada.

Eu andei por este País, Deputado Átila, e V.Exa. andou comigo por alguns lugares também. Mais de 190 palestras nós fizemos, inclusive no Paraná, junto com o Deputado Ricardo Barros, palestras essas, Deputado Jovair, que mostraram o quanto é importante uma reforma



tributária com a abrangência da que nós desenhamos. Não vai ser como essas reforminhas que a gente faz em casa: se quebra um vidro, troca-se, faz-se uma pinturinha... Não! A coisa está ruim. Há 43 anos não há uma reforma tributária neste País. O sistema tributário está todo emendado; é como aquela fiação que pega fogo, como a janela trincada, como a porta que não abre mais. Esse é o nosso sistema tributário, um sistema caótico. Nós vamos dar uma rearranjada em tudo. Vamos fazer com que o Brasil salte alguns anos para a frente.

A V.Exa., que é um desenvolvimentista também, concedo o aparte, Deputado Jovair Arantes.

O Sr. Jovair Arantes - Deputado Mabel, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela sua conduta como Parlamentar nesta Casa, como Líder que foi do PL, depois do PR, e dar o testemunho do seu trabalho na Relatoria. Fez um relatório importante da reforma tributária. Como disse V.Exa., é um relatório que está pronto para ser votado. Acredito que seu relatório vem ao encontro do interesse da sociedade brasileira. O que falta são pequenos ajustes que seriam necessários, e tenho certeza de que V.Exa., com a competência que tem, vai fazê-los. Então, quero somar-me à sua grita pela reforma tributária nacional, que é tão importante, e por outros temas tão importantes que V.Exa. tem debatido, inclusive a terceirização. É importante e necessário que o País avance nesse sentido. Nós estamos num mundo moderno que necessita realmente do entendimento de que a modernidade tem de chegar também ao Legislativo. Parabéns pela sua conduta como Deputado nesta Casa.

O SR. SANDRO MABEL - Muito obrigado, Deputado Jovair, Líder da minha bancada de Goiás, que tem sido tão bem conduzida. Mas é disto que precisamos: cada vez mais, Deputado Arthur Lira, precisamos fazer com que o nosso Nordeste, o nosso Centro-Oeste, o nosso Norte, o nosso Amazonas possam desenvolver-se, que a Zona Franca de Manaus possa crescer cada vez mais.

O Sr. Átila Lins - V.Exa. permite-me um aparte?

O SR. SANDRO MABEL - Pois não, Deputado.

O Sr. Átila Lins - Agradeço a V.Exa. a concessão do aparte. Quero dizer que participei da Comissão Especial que examinou a proposta de reforma tributária, tendo V.Exa. como Relator e na Presidência o ex-Deputado Antonio Palocci, e aprovamos um substitutivo que na minha avaliação estava perfeitamente identificado com as aspirações de todo o País, ainda mais que V.Exa. propõe a implementação dessa reforma de forma gradual, com vários anos para atingir o que queremos, o ápice, que é acabar com a guerra fiscal. Conseguimos inserir a prorrogação da Zona Franca de Manaus, com o apoio de V.Exa., que



esteve em Manaus, para um debate amplo com os empresários, com as autoridades do Estado, e também com as lideranças trabalhadoras, de forma, Deputado, que entendo que esse projeto está pronto para ser apreciado. É claro que gostaríamos de chegar ao consenso, à conciliação, mas, na eventualidade de que isso não seja possível, quem vai dirimir a controvérsia é este Plenário; então acho que teríamos de trazer para debate o projeto de que V.Exa. é o Relator, que está pronto e acabado para nos ser submetido. Hoje a Nação exige uma reforma tributária para que possamos melhorar e inclusive estimular o desenvolvimento, o trabalho e o emprego. Nós, como V.Exa. sabe, na Zona Franca, temos enfrentado uma concorrência muito desleal com os países que estão entrando em nosso mercado. V.Exa. falou sobre o problema da industrialização, sobre o projeto industrial do País; nós da Zona Franca temos sofrido muito com esse ingresso descontrolado de muitas economias que têm atrapalhado não só a Zona Franca, mas o País como um todo. Muito obrigado.

O SR. SANDRO MABEL - Por isso é que temos de proteger Manaus. Veja a fabricação de ar-condicionado: temos uma indústria próspera, competente, que tem colocado ar-condicionado em todo o Brasil, mas hoje ela é atacada por países que não têm tributação, que têm terceirização e uma carga tributária lá embaixo, e nós aqui nesta luta para manter trabalhando o nosso povo do Amazonas, de Goiás e de todos os lugares do País. Por isso precisamos ter coragem de fazer a reforma tributária.

Nós precisamos ter a coragem, sim, Deputado Átila Lins, de colocá-la em votação aqui no plenário. O que for preciso mudar vamos mudar, o que for preciso aglutinar vamos aglutinar; vamos fazer uma coisa boa para o País, vamos fazer um Brasil melhor, vamos ter a coragem de dar aos mais pobres uma carga tributária menor, Deputada. Os trabalhadores que ganham até 3 salários mínimos têm 53% de carga tributária sobre seus salários, enquanto os que ganham acima de 30 salários têm 31%. Os pobres ficam mais pobres e os ricos ficam mais ricos. Eu não tenho nada contra os ricos, nem contra os pobres, mas as pessoas precisam ter condições de crescer. Quem não pode pagar tanto imposto tem de pagar menos, e quem tem condição de pagar mais tem de pagar mais.

É cômodo ficarmos taxando o consumo, o arroz, o feijão; o óleo de soja paga 38% de carga tributária, assim como o arroz. Ao convidarmos alguém para tomar um café com açúcar pagamos 37% de carga tributária por uma pequena xícara. O óleo pagar 38% de carga tributária é demais! Quem consome esse óleo? São as pessoas mais pobres!

É por isso que temos de acabar com essa história de não ter coragem de enfrentar uma reforma tributária que vai colocar dinheiro no bolso



dos mais pobres, que vai dar fim a essa tributação regressiva e taxar um pouco mais a renda e um pouco menos o consumo.

Deputado Vilson Covatti, concedo um aparte a V.Exa., que conhece bem do assunto e também é da terra do arroz e dos grãos.

O Sr. Vilson Covatti - Deputado, encanta-me ouvir V.Exa. falar sobre a questão mais importante, mais necessária a ser enfrentada por nosso País, que é a reforma tributária. Deputado Sandro Mabel, V.Exa. percorreu de norte a sul todos os cantos deste País. Ninguém sabe tanto quanto V.Exa., ninguém tem tanta convicção, tanto brilho nos olhos quando fala da necessidade da reforma tributária. E eu sempre repito o que V.Exa. está cansado de dizer: o Brasil nunca será um país desenvolvido, de Primeiro Mundo, se não fizer o enfrentamento da mãe das reformas, que é a reforma tributária. Cumprimento V.Exa. pelo pronunciamento. Continue com essa convicção, porque a voz de V.Exa. há de ser ouvida, e não apenas dentro do Congresso Nacional. Além das paredes do Congresso Nacional, ela será ouvida também pelo Palácio, para que possamos dar prioridade à votação da reforma tributária neste País.

O SR. SANDRO MABEL - Muito obrigado, Deputado Vilson Covatti. Muito obrigado às senhoras e aos senhores. Está terminando meu tempo. Quero dizer que acho muito importante nós votarmos essa reforma tributária. Vamos ter essa coragem! Vamos ter a coragem de votar também a terceirização.

É preciso termos coragem. Os Parlamentares precisam ter coragem, Deputada. Nós temos de ir em frente e entender que isso vai ser bom para a população, que o consumo vai melhorar e as pessoas vão poder viver melhor. Então, por isso estaremos trabalhando, e trabalhando duro.

Ainda há quem diga que estou sozinho com a bandeira da reforma na mão. Ora, ela é o que todos querem! Não tenham medo. Ela é a melhor que existe, Deputado Homero.

Para finalizar, quero novamente ressaltar meu compromisso, meu apoio ao nosso Ministro dos Transportes, porque acredito nele e no trabalho que ele tem feito pelo Brasil. Tenho certeza absoluta, Ministro, de que V.Exa. enfrentará tudo isso e sairá com tranquilidade. V.Exa. é um homem sério, e todos nós temos coragem de dizer isso. V.Exa. e toda a sua equipe.

Que Deus abençoe a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) - Quero aproveitar, Deputado Sandro Mabel, nosso eterno Líder, para parabenizá-lo pelo pronunciamento,



principalmente pela defesa da reforma tributária, que é nossa bandeira de luta. Hoje mesmo eu fui entrevistado sobre isso, e acredito que seja o segundo tema mais importante, na expectativa dos Parlamentares. O primeiro é a reforma política, depois a reforma tributária. Parabenizo V.Exa. pelo trabalho e pela liderança nessa área.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros que nos acompanham pelos meios de comunicação, boa tarde. Mais uma vez venho a esta tribuna para discorrer sobre a necessidade de aprovação da reforma tributária.

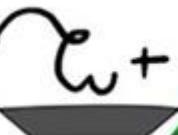
O sistema tributário brasileiro pode ser comparado à nossa casa. Pequenos problemas sempre aparecem, como paredes que necessitam de uma pintura nova, um telhado com goteiras etc. À medida que os anos passam, novos defeitos vão surgindo, e precisam ser sanados. Daí surge a necessidade de uma reforma. Não basta mais consertar pequenos defeitos.

O sistema de tributação brasileiro passa por pequenos consertos quase todos os dias. Ao longo de 43 anos, pequenas mudanças foram acontecendo, mas chegou a hora de fazermos uma reforma, atualizando-o no que for necessário, diante da nova realidade do País.

Para discutir a reforma tributária acredito que é necessário voltarmos ao passado. Sugiro que façamos uma análise da arrecadação e do desenvolvimento econômico e regional do País. Dessa maneira evitaremos descrições e conceituações equivocadas.

Goiás tem alcançado grandes índices com os incentivos fiscais, tanto no crescimento econômico quanto na arrecadação. Acredito que o maior avanço é o combate à ilegalidade empresarial e à sonegação fiscal, fruto de uma política de desenvolvimento. Esse Estado tem-se desenvolvido, caminhando para ser um dos mais ricos da Federação. Grandes investimentos em infraestrutura, como a ampliação da Ferrovia Norte-Sul e da Leste-Oeste, vão proporcionar o aumento da produção agrícola e seu escoamento para os portos do País.

As rodovias federais estão recebendo cada vez mais recursos financeiros para duplicação, recapeamento e pavimentação asfáltica. Nossa gente tem acompanhado nosso trabalho, e apoia-nos bastante. Temos trabalhado também pela Região Norte, uma Região que era carente de recursos e obras de infraestrutura. É assim que queremos continuar trabalhando para proporcionar o crescimento econômico de



nossa gente.

Na década de 90 houve uma surpreendente elevação do Produto Interno Bruto, que ascendeu de US\$ 11,875 bilhões para US\$ 24,107 bilhões. Esse crescimento foi notado na arrecadação do Estado, com um aumento de ICMS de 9,67% para 10,85% do PIB, no final do período citado. Estamos lutando para que nossa gente tenha o direito de viver em um Estado cada vez melhor.

Em recente e inédita decisão, o Superior Tribunal Federal - STF considerou inconstitucionais 23 normas estaduais que concediam incentivos fiscais por meio da redução do ICMS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. A decisão, segundo a Corte, pode contribuir para acabar com a chamada guerra fiscal entre os Estados. Pelo entendimento do Supremo, esses incentivos só podem ser concedidos por meio de convênios firmados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, que reúne Secretários de Fazenda de todos os Estados e do Distrito Federal.

Mais uma vez vemos outra esfera de Poder legislando em nosso lugar. Essa decisão de proibir ou não esses incentivos devem partir desta Casa, e não do Judiciário. Isso acontece porque nós legisladores não votamos ou mesmo ficamos adiando medidas necessárias nesta Casa, como é o caso da reforma tributária.

Sou Relator da PEC nº 233/2008, que foi analisada em Comissão Especial, aprovada em dezembro de 2008, e aguarda consenso dos Líderes partidários para apreciação por este Plenário. Ela corrige a forma de tributação do Brasil, tributando mais a renda em vez do consumo. O que propomos com essa reforma é a justiça social, principalmente por meio do combate à sonegação, estimulando a expansão e a modernização do setor produtivo do País, adequando a tributação à abertura do País para o exterior, eliminando entraves à competitividade de nossas exportações e à competição no mercado nacional, com a importante simplificação de obrigações dos contribuintes, fortalecendo assim a Federação, dentre outros benefícios.

Dentre as alterações previstas pela proposta está a criação do IVA-F, o Imposto sobre o Valor Agregado Federal, que pretende unificar o PIS, a COFINS e a CIDE, que incidem sobre a receita das empresas e serão, portanto, cobrados de forma unificada. Por outro lado, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL deverá ser incorporada ao Importo de Renda da Pessoa Jurídica, lugar de onde nunca deveria ter saído, já que ela sempre caracterizou uma espécie de "adicional" do IRPJ.

Propomos também a desoneração da folha de pagamento, em que as empresas não mais recolheriam o salário-educação, que hoje é



cobrado à alíquota de 2,5% sobre o valor da folha. Existe ainda a proposta de redução da alíquota para a contribuição à Previdência Social por parte das empresas.

Depois de muito trabalho, conseguimos inserir na proposta a reformulação do ICMS com legislação unificada, e com cobrança no Estado de destino das mercadorias, o que deve inviabilizar a guerra fiscal entre as Unidades Federadas. Nenhum Estado, nenhum Município vai perder receita com a proposta. Para esse fim será instalada uma câmara de compensação, com a criação do Fundo de Equalização de Receitas - FER, formada por 0,9% da arrecadação dos impostos federais. O dinheiro será usado para ressarcir Estados que perderem arrecadação com a reformulação do ICMS.

Não podemos continuar regidos por um sistema falido, defasado e desatualizado, que não mais condiz com a nossa realidade econômica. O setor produtivo brasileiro vai crescer mais e ficar mais competitivo com a desoneração dos bens de capital e das exportações. E acredito que o maior beneficiado com a reforma será o contribuinte, pensando-se na simplificação de impostos e procedimentos. Porém, de nada adianta para o contribuinte juntar dois impostos diferentes embaixo de um único nome só para se poder alardear que o número de impostos diminuiu. O projeto que defendemos tem como ponto forte o fato de ser simples e em sua maior parte de fácil implementação. Sem sombra de dúvidas, quando aprovadas, as alterações simplificarão consideravelmente a vida do contribuinte.

Desde 2003 até os dias atuais proferi mais de 170 palestras em todo o País, buscando a conscientização dos cidadãos e apresentando os benefícios dessa reforma. Esta Casa representa os diversos segmentos da sociedade, mas essa causa, que vai beneficiar todos nós, faz necessária a união para a sua aprovação. Conto com o apoio de todos os nobres pares.

Outro assunto que quero discutir é a terceirização. Alusões pejorativas a esse setor da economia têm sido constantes. Mais uma vez quero, então, levantar o tema neste plenário.

Acredito que é eficaz ponderarmos, inicialmente, que a terceirização é uma atividade internacional. Vivemos em um novo cenário, onde a terceirização e o serviço temporário fazem parte de uma tendência mundial das empresas modernas. Representa a verdadeira junção do aumento de produtividade, de competitividade e de eficiência dos serviços prestados, potencializando a redução de custos. É a contratação do melhor preço, e não do menor preço.

É imprescindível ressaltar que, além do progresso econômico, há também os benefícios sociais trazidos pela terceirização. Inúmeros



postos de trabalho foram criados. E além disso, há também uma crescente especialização da mão de obra no País. Atualmente o Brasil possui um índice considerável de desemprego. Pergunto: quantas pessoas estão trabalhando em empresas terceirizadas e contribuindo para a redução desse índice?

Quero ressaltar também que diversas empresas que terceirizam seus serviços são microempresas nacionais, que também têm a oportunidade de se verem fortalecidas por essas estratégias, além de estarem oferecendo serviços e produtos de maior qualidade. Cito como exemplo a Apdata, uma empresa 100% nacional que terceiriza a área de gestão de pessoal para outras companhias, e em 18 meses essa área já representa 30% do faturamento, que foi de R\$ 60 milhões em 2003.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sendo uma tendência mundial, a terceirização é um fator importante para a economia de muitos países. O que resta para os países que não sabem aproveitar a terceirização é o chamado "voo dos empregos", onde de fato reside todo o perigo. É, então, uma terceirização revolucionária para quem ganha os empregos, mas devastadora para quem os perde. O de que necessitamos, dessa maneira, é disciplinar tais atividades, para que não corramos riscos e continuemos assegurando o respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores e das exigências da concorrência empresarial.

Vale lembrar também que muitas empresas se especializam para prestar serviços terceirizados de qualidade a outras empresas, como é o caso de empresas de informática, que atuam prestando serviços eficientes.

Há mais de 7 anos tramita nesta Casa um projeto de lei de minha autoria, o PL nº 4.330/2004, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e, por consequência, propõe o fim da insegurança jurídica e trabalhista em que mais de 10 milhões de trabalhadores terceirizados se encontram.

O projeto de lei exclui os dispositivos que tratavam do trabalho temporário, limitando-se à prestação de serviços a terceiros, e incorpora as contribuições oferecidas por todos os que participaram dos debates do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, de origem do Executivo. São estabelecidos requisitos para o funcionamento das empresas prestadoras de serviço que visam garantir o adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias. O capital social mínimo estipulado em função do número de empregados é um exemplo.

Sr. Presidente, uma das situações que muito nos preocupou foi a possibilidade de um trabalhador continuar prestando serviços a uma



empresa contratante, ainda que se sucedam várias empresas prestadoras de serviço. Optamos por abordar o tema no art. 5º, permitindo a continuidade do trabalho para a mesma empresa contratante.

A empresa contratante é diretamente responsável pelas condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho. Além disso, caso seja necessário treinamento específico para a realização do trabalho, a empresa contratante pode exigir da prestadora o certificado de capacitação do trabalhador, ou pode fornecer o treinamento adequado.

Uma das maiores críticas que se faz à terceirização é a precarização das relações de trabalho, registrando-se altos índices de acidentes do trabalho. Atribuir a responsabilidade à contratante por esse aspecto ligado às condições de trabalho representa uma garantia ao trabalhador e certamente contribui para a melhora do ambiente laboral.

A meu ver, o projeto inova ao assegurar, mediante a ação regressiva, além do resarcimento dos valores pagos pela contratante, o pagamento de uma indenização equivalente ao valor pago ao trabalhador.

O contrato de prestação de serviços deve conter a especificação do serviço a ser prestado e o prazo para a sua realização. Deve, além disso, prever a apresentação periódica pela empresa prestadora de serviços dos comprovantes de cumprimento das obrigações trabalhistas, o que possibilitará a fiscalização por parte da empresa contratante.

Outro aspecto relevante dessa proposição é a proposta de que o recolhimento da contribuição sindical compulsória deve ser feito à entidade representante da categoria profissional correspondente à atividade terceirizada. Aumenta, dessa forma, o poder de negociação com as entidades patronais, bem como é favorecida a fiscalização da utilização correta da prestação de serviços.

Outras medidas também estão previstas para combater a ilegalidade, a precarização do trabalho e a ação de empresas sonegadoras de impostos. Sem dúvida, essa proposição representa um verdadeiro avanço nas relações trabalhistas.

Se desejamos gerar empregos, pergunto: qual tem sido um dos mecanismos mais eficazes? A proteção do trabalhador nos dias de hoje deve ser dinâmica e flexível. Que repensem e quebremos os paradigmas antigos e olhemos para o presente da Nação.

Os dados mostram que a maioria dos postos de trabalho criados pelas parcerias e alianças dos serviços terceirizados e temporários tem-se



concentrado nas médias, pequenas e microempresas. Isso representa um impulso para a formação desses tipos de empreendimento.

Com a especialização da mão de obra, têm aumentado a eficiência e a qualidade dos bens gerados pelo setor produtivo. É essa nova realidade do mercado, que garante maior competitividade e melhor divisão do trabalho brasileiro.

A terceirização não pode ser ignorada por nós Deputados e Deputadas, pois faz parte da realidade do País. É esse um fator primordial, não só para se gerar empregos, mas sobretudo para que se invista em uma força de trabalho capacitada, e para que tenhamos fortalecida a competitividade das empresas brasileiras no mercado. O Brasil não pode ficar na contramão.

A legislação brasileira foi verdadeiramente atropelada pela realidade da terceirização. Ao se tentar, de maneira míope, proteger os trabalhadores simplesmente ignorando a terceirização, conseguiu-se apenas deixar mais vulneráveis os brasileiros que trabalham sob essa modalidade de contratação.

Está na hora de aprovarmos essa proposição e garantirmos segurança jurídica e mais qualidade de trabalho para milhões de trabalhadores. Terceirização significa especialização, e não precarização!

Não posso encerrar este meu pronunciamento sem antes falar da importância de aprovação do Requerimento 1.410/2011, de urgência para apreciação do PL nº 496/2011, que torna obrigatória a instalação de portais de raios X nas escolas pública e privadas e encontra-se aguardando parecer da Comissão Educação e Cultura desta Casa.

É de conhecimento de todos os que nos assistem e nos ouvem que os estabelecimentos de ensino vêm passando por uma onda de violência nunca antes vista. Professores, funcionários e os próprios alunos são agredidos com facas e até armas de fogo, entre tantos outros objetos. O episódio - se é que posso considerar assim - que chocou o País em abril deste ano foi o caso da Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, que foi invadida por um homem que fez vários disparos e atingiu pelo menos 15 crianças. Foram quatro mortos. O atirador foi Wellington Menezes de Oliveira, um ex-aluno do colégio, que perdeu a vida com a ação dos policiais.

Em decorrência do ingresso de armas e materiais perigosos, maus alunos dão continuidade à prática de atos infracionais no interior de estabelecimentos que deveriam ser berços do saber. Está comprovado, com fundamento na experiência em segurança pública, que os detectores de metais, acrescidos da inspeção dos pertences em aparelhos de raios X, podem coibir a entrada de objetos que sirvam de



apoio ao cometimento desses atos infracionais. Nossa proposta desenvolve-se nesta direção: tornar obrigatória a inspeção de pertences e a passagem de todos pelos portais detectores de metais antes de adentrar num estabelecimento de ensino.

Outras iniciativas municipais já viraram lei, como é o caso da Lei Municipal nº 10.204/2011, que obriga as escolas públicas de Belo Horizonte, Minas Gerais, a instalarem detectores de metais, fixando inclusive o prazo de até o final das férias deste mês de julho. A Lei 10.024 obriga todas as escolas da rede pública municipal com mais de 500 alunos por turno a instalarem esses dispositivos de segurança. O projeto é de autoria do ilustre Vereador Cabo Júlio e foi aprovado na Câmara Municipal em maio passado.

Outra lei municipal, essa de Vitória, Espírito Santo, obriga os estabelecimentos e locais fechados destinados à diversão e a espetáculos públicos, como *shopping centers*, casas de *shows*, teatros, estádios, ginásios, cinemas, escolas públicas e particulares, a instalarem detectores eletrônicos de metais nas entradas de acesso. Os estabelecimentos terão 120 dias, a partir de quarta-feira, 29 de junho, para a adequação. O projeto foi proposto pelo Vereador Luis Carlos Coutinho, do PDT, e aprovado pela Prefeitura de Vitória.

Tenho a plena certeza de que essas iniciativas se constituem em aperfeiçoamento oportuno e relevante para o ordenamento jurídico federal. Conto com o valioso apoio dos nobres pares para sua aprovação nesta Casa.

Fico por aqui, Sr. Presidente. Agradeço as complementações feitas pelos ilustres pares. Vamos lutar sempre, nesta Casa de Leis, por um Brasil cada vez melhor e mais justo para todos os brasileiros e brasileiras. E solicito, Sr. Presidente, que este meu pronunciamento seja divulgado pelos canais de comunicação institucionais, inclusive em *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na sexta-feira, 8, o Bairro de Campinas completa 201 anos. Nasceu do sonho de mineradores que saíram da cidade de Pilar de Goiás para garimpar ouro às margens do Ribeirão Anicuns. Mesmo diante do insucesso, decidiram permanecer no local, povoando a região onde hoje se situa a Vila Santa Helena.

Tenho profundo carinho pelo Bairro de Campinas, não somente por tudo que representou para Goiás, mas pela vitalidade de sua gente, que continua contribuindo, e muito, para o crescimento da nossa



Capital.

Arraial de Campinas - esse era o nome do atual Bairro de Campinas - ainda abriga uma enorme concentração de comércio e serviços. Já foi um dia um Município autônomo, Campininhos das Flores.

O bairro mais tradicional de Goiânia merece cada vez mais atenção de nossas autoridades para a solução dos problemas que ainda persistem na região, como, por exemplo, o trânsito.

Não desconhecemos as dificuldades que o bairro enfrenta, mas queremos, neste espaço, ressaltar as virtudes de uma gente que nos ensinou os caminhos de muitas conquistas. A sabedoria e a persistência dos moradores de Campinas são virtudes pouco encontradas em outros lugares.

Basta alguns minutos de conversa com antigos moradores de Campinas para comprovarmos o orgulho que eles têm do bairro, algo que merece ser ressaltado. As lentes do primeiro repórter fotográfico de Goiânia, Hélio de Oliveira (a quem rendo minhas homenagens, bem como aos grandes políticos, escritores e empresários locais), retratam a construção de um bairro que merece sempre destaque na história de Goiás.

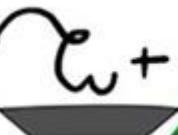
A nossa luta é para que os moradores de Campinas tenham uma qualidade de vida melhor. Em um trabalho conjunto com associação de moradores, atacadistas, comerciantes, queremos contribuir ainda mais para o desenvolvimento econômico e social do bairro.

Campinas merece o nosso respeito e admiração. Com a sua gente humilde e trabalhadora, ajudou a construir Goiânia. Por isso, nada mais justo do que o nosso reconhecimento por tudo que o bairro representa.

Pelos seus colégios tradicionais, como Santa Clara e Pedro Gomes, passaram pessoas que se tornaram influentes em nossa sociedade. A vocação religiosa de Campinas foi essencial para o crescimento do bairro.

A todos os moradores a nossa homenagem. Que Campinas continue sendo um bairro de progresso, geração de emprego e renda para muitas famílias, e que continue recebendo de todas as autoridades o carinho e os investimentos que merece.

Gostaria, Sr. Presidente, que este meu pronunciamento seja divulgado pelos canais de comunicação desta Casa de Leis, inclusive em *A Voz do Brasil*.



Durante o discurso do Sr. Sandro Mabel, o Sr. Manato, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

Documento 5/6

200.1.54.O	Sessão Ordinária - CD	10/08/2011-15:34
Publ.: DCD - 11/08/2011	- SANDRO MABEL-PR -GO	
40421		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apelo ao Ministério da Integração Nacional de liberação de recursos para reversão do processo erosivo no Município de Novo Gama, Estado de Goiás. Encontro do orador com o Ministro das Cidades, Mário Negromonte, destinado ao debate da regularização de unidades habitacionais na municipalidade. Necessidade de ação conjunta do Governo Federal e dos Governos do Estado de Goiás e do Distrito Federal para atendimento às demandas dos Municípios situados na região do Entorno de Brasília. Pedido ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, de liberação de recursos de emendas orçamentárias destinadas à aquisição de patrulhas mecanizadas para realização de obras em municipalidades brasileiras. Contentamento com a decisão da Presidenta Dilma Rousseff de desoneração da folha de pagamento do setor produtivo. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 233, de 2008, sobre a distribuição de receitas da União aos Municípios brasileiros, e do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, acerca da regulamentação do contrato de prestação de serviço terceirizado e suas relações de trabalho.



O SR. SANDRO MABEL (Bloco/PR-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a função de um Deputado Federal deve ir além dos debates, apresentação e votação de projetos. Deve ir além da prerrogativa de fiscalizar a atuação do Poder Executivo, que é, logicamente, essencial.

Acredito que, diante das dificuldades enfrentadas pelos Governos Estaduais e Prefeituras, é fundamental avançar na busca por recursos que atendam a população em suas necessidades básicas.

Sou um municipalista convicto e tenho trabalhado na defesa dos interesses das Prefeituras por entender que, como dizia o Deputado Ulysses Guimarães, "*os cidadãos não residem na União, não residem nos Estados, eles residem em seus Municípios*".

São duas linhas de atuação que se completam: a luta por aprovação de leis e a incansável batalha por mais verbas para as cidades.

Nos últimos anos, ajudamos a trazer cerca de 3 bilhões de reais em recursos federais que contribuíram para transformar a vida de muita gente em Goiás.

Tenho trabalhado, também, para resolver o problema da erosão em Novo Gama que prejudica muitos moradores. Estamos pleiteando no Ministério da Integração o valor de 5 milhões de reais para resolver esse antigo problema. Temos lutado para regularizar as 300 casas populares em Novo Gama, invadidas em 2009. Nos reunimos com o Ministro das Cidades, Mário Negromonte, para tratar do assunto.

Os Municípios do Entorno de Brasília precisam ser olhados com mais atenção por todos os governos, em todas as esferas de Poder. As demandas são enormes e os recursos, escassos. É fundamental que haja uma atuação conjunta dos Governos de Goiás, do Distrito Federal e da União. Sem isso, fica difícil encontrar solução adequada para os problemas enfrentados pelos moradores da região.

Em audiência com o Ministro da Agricultura, Wagner Rossi, pedimos a ele que libere recursos de 28 emendas de nossa autoria que vão beneficiar os Municípios com a aquisição de patrulhas mecanizadas. Os Prefeitos fizeram o compromisso com a população e estão aguardando há muito tempo. As patrulhas mecanizadas serão usadas para obras nas cidades e para o atendimento aos pequenos produtores, que não têm dinheiro para a compra de equipamentos.

Fiquei contente com a decisão da nossa Presidente Dilma Rousseff em desonerar a folha de pagamentos para os setores calçadista, têxtil, de móveis e de software, anunciada no dia 3 deste mês. É um considerável avanço, mas o que nós, brasileiros, precisamos é de uma

reforma ampla e completa, que corrija as injustiças sociais criadas por um sistema tributário falido e defasado.

Insistimos na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 233, de 2008, aprovada na Comissão Especial em dezembro de 2008. Ela permitirá aos Municípios o acesso a receitas que hoje são exclusivas da União, como PIS e COFINS, o que resultará em mais dinheiro para as Prefeituras honrarem seus compromissos.

Sr. Presidente, senhores ouvintes, sou autor do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que objetiva regulamentar o contrato de prestação de serviço terceirizado e as relações de trabalho dele decorrentes. O nosso único intuito é aprovar um marco para os milhares de trabalhadores brasileiros.

Como Presidente da Comissão Especial do Trabalho Terceirizado, estou aberto ao diálogo e atento a mudanças que possam beneficiar os trabalhadores e as empresas brasileiras. O que não devemos é ser omissos sobre a realidade do País. Precisamos aprovar um marco regulatório para estes milhões de trabalhadores que estão desamparados por uma lei específica e eficaz.

São estas as minhas palavras, Sr. Presidente. Solicito a V.Exa. a veiculação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 6/6

241.1.54.O Sessão Ordinária - CD 13/09/2011-15:38
Publ.: DCD - 14/09/2011 - SANDRO MABEL-PR-GO
50104
CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO PEQUENO
EXPEDIENTE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Excessiva carga tributária imposta aos contribuintes brasileiros. Necessidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 233, de 2008, sobre a simplificação do Sistema Tributário Nacional. Anúncio de lançamento, pela Associação Comercial de São Paulo - ACSP, do Movimento Hora de Agir, destinado à redução da carga tributária vigente no País. Transcurso do 46º



aniversário de regulamentação da profissão do Administrador. Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 317, de 2004, referente à criação da carreira técnica de administrador municipal, e do Projeto de Lei nº 6.953, de 2010, a respeito da instituição do Dia Nacional do Administrador.

O SR. SANDRO MABEL (Bloco/PR-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, às 11h31min, a soma de todos os impostos pagos por nós, brasileiros, em 2011 atingiu a marca de 1 trilhão de reais, segundo a contagem do "impostômetro", um painel que fica no prédio da Associação Comercial de São Paulo. Em 2010, a cifra foi alcançada 35 dias mais tarde, só em 18 de outubro.

Essa antecipação cada vez maior demonstra a velocidade da arrecadação tributária brasileira. Muitos especialistas criticam o Governo, afirmando que gasta mau o dinheiro público e não devolve à sociedade o montante pago em serviços, como saúde e educação. É um absurdo arrecadar tanto dinheiro através dos impostos e não oferecer serviços dignos à população.

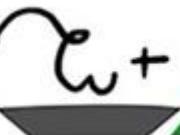
O "impostômetro" foi inaugurado em abril de 2005, mas só em 2008, no dia 15 de dezembro, a marca de 1 trilhão de reais foi registrada pela primeira vez. Um estudo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário mostrou que, em 2008, os brasileiros comprometeram 40,51% de sua renda bruta para o pagamento de tributos diretos e indiretos.

A marca alcançada hoje significa que os brasileiros pagaram 50 mil reais em impostos por segundo neste ano, inclusive quando estavam dormindo. A projeção do Impostômetro é de que o brasileiro pagará 1,5 trilhão de reais em tributos agora em 2011.

O famoso Imposto sobre Circulação de Mercadorias é o campeão do recolhimento de impostos e responde sozinho por 24% do total arrecadado desde janeiro, ou 240 bilhões de reais. O tributo está presente em toda parte, porque é uma espécie de imposto invisível, embutido no preço final dos produtos. O ICMS representa, em média, mais de 50% do valor dos itens.

A carga tributária do Brasil é extremamente excessiva. Os brasileiros pagam tributos sobre o consumo, inclusos no preço de produtos e serviços, e sobre o patrimônio. Precisamos aprovar a PEC 233, de 2008, que corrige injustiças. Somente uma profunda mudança no nosso sistema tributário, defasado em mais de 40 anos de existência, possibilitará à população real redução de impostos.

Quero parabenizar a Associação Comercial de São Paulo pelo honroso



trabalho de esclarecimento e cidadania. Aproveitando a data, a Associação vai lançar o Movimento Hora de Agir, contra a atual carga tributária existente no País. No *hotsite* da campanha, o contribuinte poderá dar sua opinião ou relatar, em vídeo, suas experiências com os impostos. Uma excelente atitude. Meus parabéns!

Como o tempo é um bem valoroso, quero, rapidamente, parabenizar os Administradores deste País pelos 46 anos de regulamentação da nossa profissão, implementada pela Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965.

Foi pensando em qualificar a gestão administrativa dos Municípios brasileiros que apresentei em 2004 a PEC 317, que prevê a criação da carreira técnica de Administrador Municipal, buscando profissionais administradores competentes e habilitados para gerir as decisões das cidades brasileiras.

Em 2010 apresentei o Projeto de Lei nº 6.953, que busca instituir o Dia Nacional do Administrador, que será comemorado no dia 9 de setembro. É uma data já adotada pela categoria devido à regulamentação da Lei nº 4.769, de 1965. Ambos tramitam na Câmara dos Deputados, aguardando apreciação de outros pares. Parabéns a todos por esta data tão importante!

Fico por aqui.
